



DEDS-Divisão de Intervenção Social

**Recenseamento das Pessoas em Situação de Sem abrigo
2020**

Relatório

Relatório elaborado por:

Rita Santos

Dezembro de 2020

Índice

Introdução	3
Metodologia do recenseamento.....	5
O Recenseamento dos sem-abrigo – Análise dos resultados	7
Capítulo I – Caracterização pessoal.....	7
Capítulo II – Caracterização da situação de sem abrigo.....	9
Capítulo III – Caracterização dos consumos e comportamento de risco das pessoas em situação de sem abrigo.....	13
Anexos.....	18
Anexo 1 – Questionário de recenseamento	Erro! Marcador não definido.

Introdução

Desde 2008 que a Autarquia tem vindo a desenvolver, anualmente, o Recenseamento Local de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.

Importa, perceber melhor o conceito que está subjacente à recolha de dados – o conceito de Pessoas em situação de Sem-Abrigo. Segundo a Federação Europeia de Organizações, a Pessoa em situação de Sem-Abrigo é aquela que independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito. Importa distinguir o conceito de sem-teto e de sem casa. Assim:

- **Sem teto**
 - Espaço público: espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamentos, passeios, viadutos, pontes ou outros;
 - Abrigo de emergência: qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita
 - Local precário: local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casam abandonadas ou outros
- **Sem casa**
 - Alojamento temporário: equipamento que acolha pessoas que, não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua reinserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por “Centro de Alojamento Temporário”: que consiste numa resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem como objetivo o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas que estejam em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

O Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas em Situação de Sem Abrigo da Amadora foi criado em dezembro de 2009, tendo como parceiros constituintes as instituições com

assento no Núcleo Executivo do CLAS da Amadora. Em 2018, face à necessidade sentida de encontrar respostas e soluções no trabalho com as PSSA, a parceria criou o grupo operacional do NPISA da Amadora, que reúne mensalmente para apresentar e discutir processos, assim como para monitorizar permanentemente o fenómeno na cidade. Este grupo operacional é composto pela Câmara Municipal da Amadora, Instituto da Segurança Social – Setor Amadora, Equipa de tratamento da Amadora, Comunidade Vida e Paz, Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca e AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde.

Em 2020 o recenseamento das Pessoas em Situação de Sem Abrigo foi realizado entre os dias 27 de outubro a 6 de novembro, tendo o trabalho sido estruturado no âmbito do NPISA da Amadora. O presente relatório, que sistematiza os dados recolhidos e traduz a reflexão sobre os mesmos por parte do grupo operacional, tem como objetivo monitorizar a evolução do fenómeno no Concelho, como também, proporcionar uma atualização do diagnóstico de necessidades, melhorando as condições para a autonomização destas pessoas.

Metodologia do recenseamento

No âmbito do trabalho do grupo operacional do NPISA da Amadora, foi criada uma base de partilha de dados das PSSA em acompanhamento, atualizada mensalmente e discutida em reunião do grupo operacional, e que tem permitido a extração de informação estatística à data. Assim, entre março e outubro de 2020, os parceiros tinham identificado 126 PSSA na Amadora, encontrando-se ativos 117 processos. Tendo sido atribuída a entidade gestora a cada processo, importa analisar a distribuição dos mesmos:

Entidade	Nº processos gestão
Comunidade Vida e Paz	88
Equipa Tratamento Amadora	21
Segurança Social	7
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	0
Câmara Municipal da Amadora	1

Repetindo um processo iniciado em 2008, o recenseamento da população em situação de sem abrigo em 2020 teve como objetivo atualizar informação sobre o fenómeno, contribuindo para a atualização do diagnóstico da rede social e para a definição de novas estratégias de intervenção. Pretendeu-se caracterizar as pessoas em situação de sem abrigo aplicando um questionário de recenseamento e recorrendo à estrutura de parceria criada no âmbito do grupo operacional do NPISA da Amadora.

No processo de recenseamento dos utentes foram considerados os processos já identificados na base de dados do NPISA da Amadora, tendo sido envolvidos os parceiros na caracterização das PSSA que cada entidade tinha já sinalizado. No planeamento do processo foram consideradas as situações ativas e inativas à data.

Por outro lado, a parceria optou por adequar o questionário em uso na Amadora, integrando o conceito mais amplo de pessoas em situação de sem abrigo (sem teto e sem casa) e indicadores definidos pela Estratégia Nacional para a Integração da PSSA, bem como indicadores de caracterização do fenómeno da toxicodependência na cidade; esta bateria de indicadores foi construída em parceria estreita com a Equipa de tratamento da Amadora, procurando responder a necessidades identificadas por este parceiro.

Tendo o recenseamento ocorrido entre 27 de outubro a 6 de novembro 2020, o grupo operacional do NPISA da Amadora criou momentos de aplicação dos questionários conjuntos,

privilegiando o recurso a equipes de rua e procurando recensear as situações já sinalizadas e outras desconhecidas dos serviços.

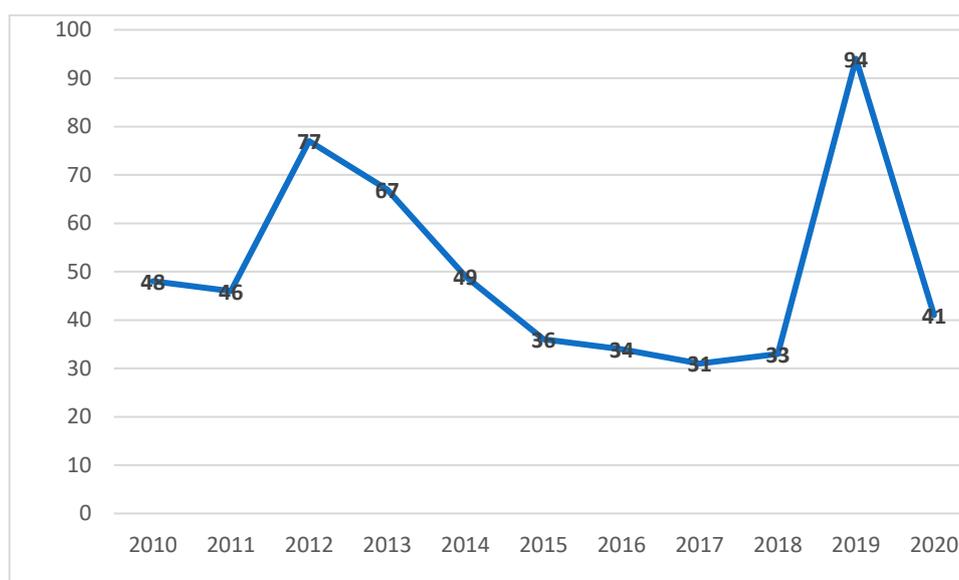
Recenseamento dos sem-abrigo – Análise dos resultados

Capítulo I – Caracterização pessoal

O fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo tem sofrido uma grande variação ao longo dos anos. Até 2018 constatou-se uma redução significativa do número de pessoas identificadas como estando em situação de sem-abrigo, e em 2019 o número de pessoas sinalizadas sofreu um aumento muito significativo, facto justificado essencialmente com a alteração da metodologia adotada pelos parceiros. Em 2020 verificou-se uma redução significativa em relação ao número de pessoas recenseadas, devido à pandemia do COVID-19, os parceiros do grupo operacional NPISA, tiveram de adotar as medidas de afastamento social o que dificultou aplicar o questionário de recenseamento.

Gráfico 1. Evolução do número de pessoas em situação de sem-abrigo recenseadas

2010-2020



7

No decorrer do recenseamento dos indivíduos em situação de sem-abrigo, foram recenseados **41 indivíduos**. Destes, 35 pessoas encontravam-se em situação de sem teto e 6 em situação de sem casa.

Da população recenseada, 33 pessoas eram do sexo masculino (80%) e 8 do sexo feminino (20%). A maioria dos indivíduos situa-se na faixa etária entre os 45 e 64 anos (N = 16; 39%) e na faixa etária entre os 31 e 44 anos (N= 16; 39%), seguindo-se o grupo entre os 18 e 30 anos (N = 5; 12%).

Analisando a origem cultural da população recenseada, importa ter em conta a nacionalidade e naturalidade das PSSA. Consta-se que a maioria dos indivíduos é natural e nacional de Portugal.

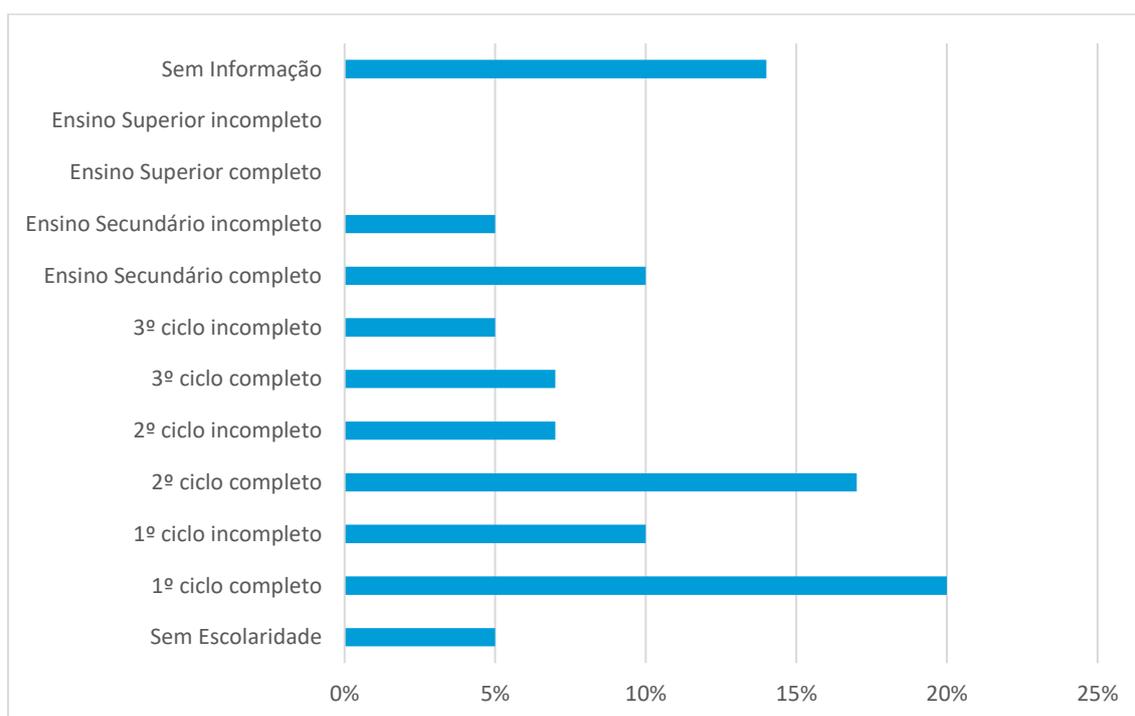
Tabela 1. Distribuição das PSSA, por naturalidade e nacionalidade

	Naturalidade	Nacionalidade
Europa - Outros	1	1
África - Cabo Verde	7	7
África - Guiné-Bissau	3	3
África - Outros	1	1
Portugal	29	29

Tendo em conta o estado civil das pessoas recenseadas, constata-se que 22 eram solteiros/as, correspondendo este valor a 54% do total. Este dado vai de encontro à caracterização dos agregados familiares dos indivíduos; de facto, 83% das pessoas identificou-se como estando isolada. Apenas 12% dos agregados era composto por duas pessoas, correspondendo, cônjuge/companheiro/a (N = 5).

Relativamente às habilitações literárias, constata-se que a maioria das PSSA possui escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico (N = 12; 29%).

Gráfico 2. Habilitações literárias das PSSA



Analisando a condição de saúde das pessoas recenseadas, verifica-se que 18 indivíduos (44%) afirmaram ter algum problema de saúde.

Dos problemas de saúde identificados pelos/as próprios/as, verifica-se uma predominância da doença psiquiátrica, da doença reumática e das doenças infecciosas.

Os parceiros do grupo operacional do NPISA da Amadora identificaram como sendo de grande relevância o trabalho que a AJPAS – Ass. de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde tem desenvolvido no apoio ao tratamento das hepatites com os utentes em situação de sem teto e com consumos ativos. Foi referido que a adesão à terapêutica é muito elevada, havendo um grande número de utentes que conclui o programa; este facto foi identificado como um contributo importante a projetos de vida associados ao tratamento das dependências.

Respondendo ao indicador definido pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, foi possível identificar 1 indivíduo ex-combatentes de guerra.

Capítulo II – Caracterização da situação de sem abrigo

Das 41 pessoas recenseadas 35 encontravam-se em situação de sem teto (85%) e 6 em situação de sem casa (15%). Tendo em conta o parceiro do NPISA que recenseou as pessoas em situação de sem abrigo em função da situação em que se encontravam, constata-se que as pessoas sem casa foram maioritariamente caracterizadas pelo Instituto de Segurança Social – setor Amadora (N = 6; 15%) e as pessoas sem teto foram caracterizadas na sua maioria pela Comunidade Vida e Paz (N = 35; 85%).

Analisando os locais de pernoita das pessoas recenseadas em função da situação em que se encontram, constata-se o seguinte:

Tabela 2. Local de pernoita das PSSA

Sem casa			Sem teto		
Alojamento de Emergência	4	67%	Espaço coberto de acesso público	6	17%
Alojamento Noturno	0	0%	Rua/ Via Pública	15	43%
Alojamento Temporário	0	0%	Carro ou outra viatura	1	3%
Alojamento de Autonomização	0	0%	Outros	15	43%
Outros	2	33%	Sem Informação	0	0%

Como se verifica, a maioria das pessoas em situação de sem casa encontravam-se em alojamentos de emergência, na sua totalidade fora do Concelho da Amadora.

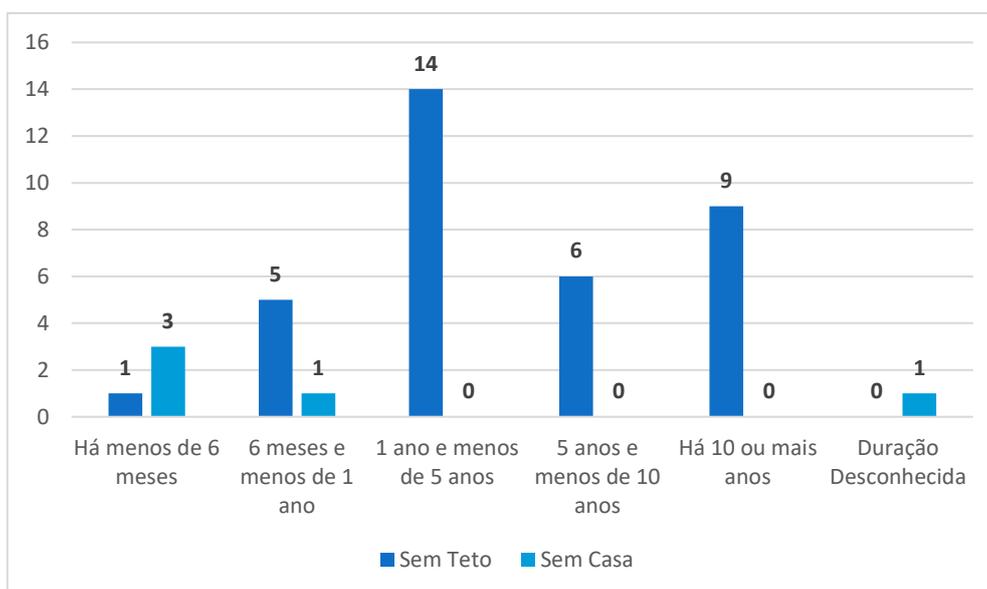
Em sede de análise dos dados pelos parceiros do NPISA da Amadora, constatou-se que tem havido um aumento de situações de emergência social associadas à ausência de alternativas habitacionais, verificando-se alturas do ano de maior concentração. De acordo com o serviço local da Segurança Social, este aumento cria desafios na procura de respostas de acolhimento temporário, pela sobrelotação das mesmas no distrito de Lisboa, assim como na procura de soluções a prazo, sendo difícil a autonomização dos agregados familiares.

Por outro lado, o local de pernoita de metade das pessoas em situação de sem casa foi identificado como 'outro'; analisando estes processos ao detalhe, constata-se que se enquadram nesta situação pessoas a pernoitar em jardins (N = 15; 43%). Importa ainda referir que 43% das pessoas em situação de sem teto se encontrava a pernoitar em espaços públicos (rua ou via pública), contribuindo para a visibilidade do fenómeno da população em situação de sem abrigo.

De acordo com dados recolhidos em reunião do grupo operacional do NPISA da Amadora, os parceiros apontaram como causas para a recusa de soluções de acolhimento temporário das pessoas em situação de sem teto o facto dos equipamentos não estarem sedeados na Amadora, implicando o abandono dos espaços de referência dos utentes. Por outro lado, quando o acolhimento implica a separação de agregados familiares ou de pessoas de referência diminui a motivação nas PSSA. Da mesma maneira, o facto da maioria dos equipamentos de acolhimento de emergência e de tratamento das dependências impedirem a integração de utentes com animais de estimação torna-se num constrangimento ao projeto de vida delineado pelos serviços.

Analisando a duração da situação de sem abrigo em que as pessoas se encontravam, verifica-se que predominam as situações que duram entre 1 e 5 anos (N = 14; 34%), seguindo-se as que duram há 10 ou mais anos (N = 9; 22%). Importa analisar estes dados desagregados pela condição das PSSA.

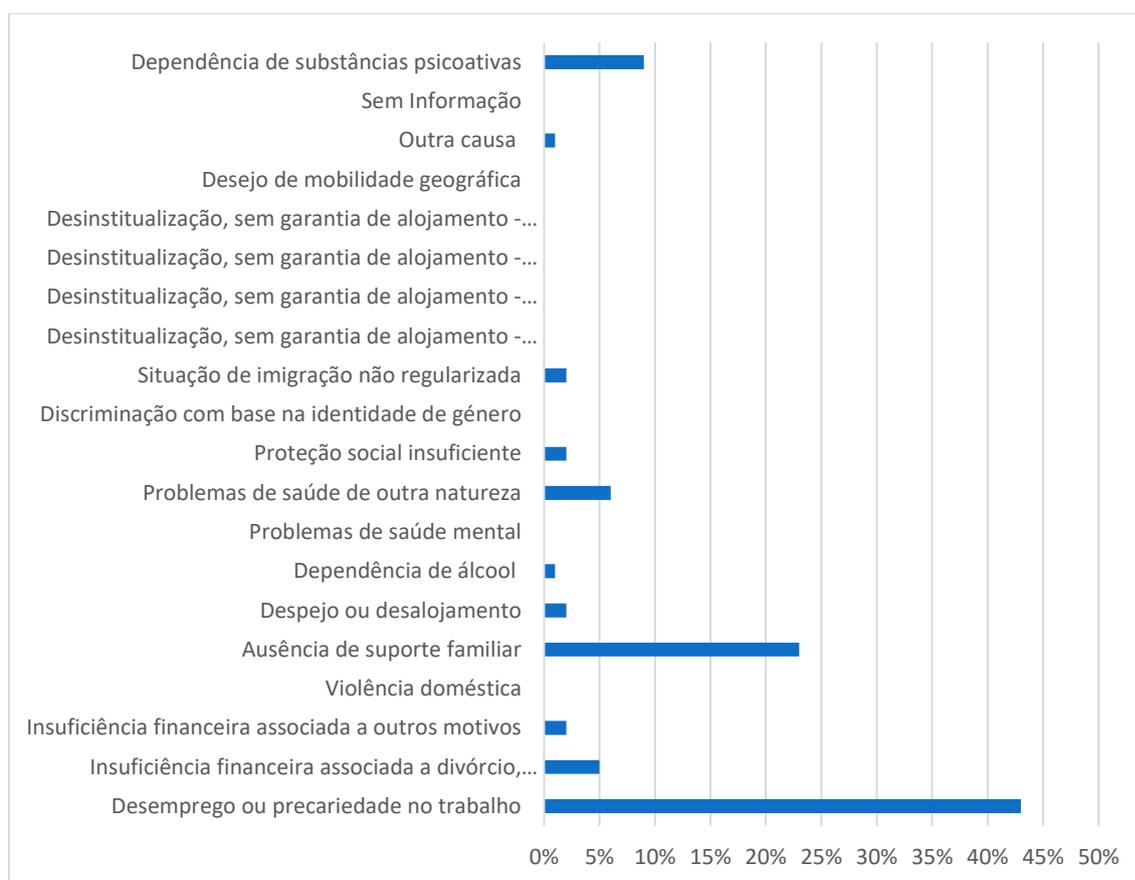
Gráfico 3. Duração da situação das PSSA



Verifica-se uma grande diferença na duração da situação da PSSA face à condição de sem casa e sem teto, havendo uma tendência deste último grupo permanecer sem abrigo durante mais tempo. Importa ter em conta a existência de 9 pessoas na cidade da Amadora que residem na rua há mais de 10 anos.

Quando questionadas acerca das causas para a situação de sem abrigo, sobressaem a ausência de suporte familiar, despejo ou desalojamento, desemprego e consumos de substâncias lícitas ou ilícitas.

Gráfico 4. Causas para a situação de sem abrigo das PSSA

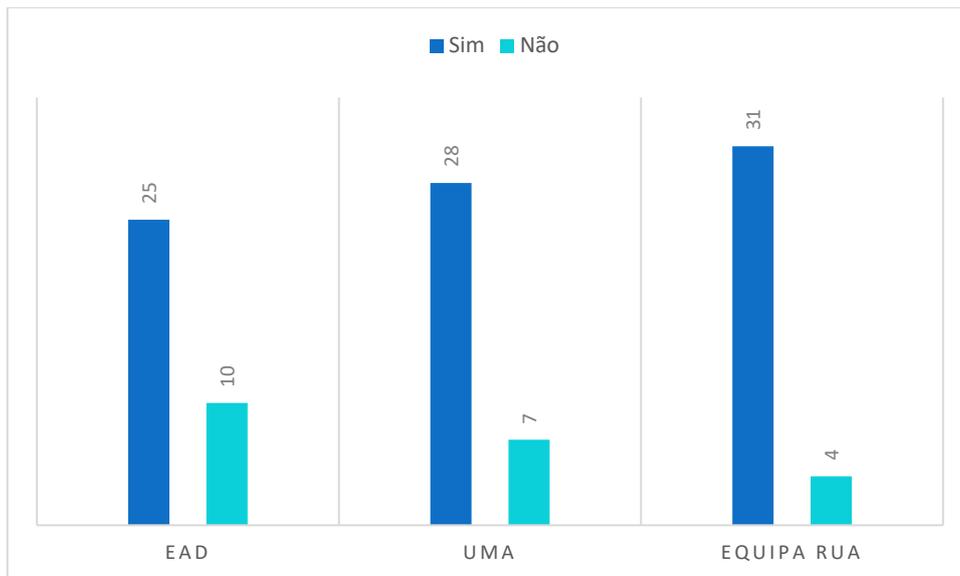


Desagregando as causas para a situação de sem abrigo pela condição vivida pelos indivíduos, constata-se que as pessoas sem teto apontam a maioritariamente o desemprego ou emprego precário (N=39; 43%), a ausência do suporte familiar (N=21; 23%) e o consumo de substâncias lícitas (N=9; 10%).

Relativamente aos rendimentos declarados pelas pessoas em situação de sem abrigo, destacam-se os indivíduos que não possuem qualquer tipo de rendimento (N = 36; 86%), o salário ocasional/biscates (N = 11; 27%) e o recebimento de pensões ou outras prestações de carácter regular (N = 6; 15%).

Por outro lado, dos indivíduos recenseados, 14 afirmam não receber outro tipo de apoios não pecuniários (34%). Os restantes, afirmam receber apoio de instituições (N = 18; 44%), familiares (N = 3; 7%) e vizinhos (N = 4; 10%).

Gráfico 4. Respostas do município para PSSA



Em relação às repostas para as PSSA no município, verifica-se que a maioria recorre a pelo menos uma das repostas (N=31), sendo a mais utilizada a Equipa Técnica de Rua (N=31;76%), que pretende numa lógica de proximidade estabelecer relações significativas com as PSSA, com o objetivo principal de as motivar para o início do acompanhamento social, tendo em vista o estabelecimento de projetos de vida alternativos à rua. Recorrem à Unidade Móvel de Atendimento (N=28;68%), e ao Espaço Aberto ao Diálogo (N=25-61%) utentes, neste espaço os utentes têm como resposta a satisfação das necessidades básicas (alimentação e higiene), e o atendimento social.

Capítulo III – Caracterização dos consumos e comportamento de risco das pessoas em situação de sem abrigo

Das pessoas em situação de sem abrigo recenseadas, 29 declararam ter consumos ativos (71%), correspondendo estes a 23 homens e 6 mulheres. Esta população consumidora concentra-se nas faixas etárias entre os 31 a 44 anos (N = 12; 22%) e 45 e 64 anos (N = 11; 20%).

Analisando a situação de sem abrigo em que se encontravam os indivíduos com consumos ativos, constata-se que 29 pessoas encontravam-se sem teto (71%), prevalecendo as situações com duração superior entre 1 e 5 anos (N = 13; 24%) e superior a 10 anos (N = 7; 13%).

As principais substâncias consumidas são a cocaína (38%), álcool (23%) e heroína (19%), sendo que as pessoas com policonsumos (N=2) indicam o consumo misto de cocaína e heroína.

Sobressai o consumo regular de substâncias (60%), sendo as mesmas consumidas sob a forma fumada (64%) e oral (32%).

Importa nesta reflexão analisar com detalhe a caracterização dos consumos nos 30 dias anteriores ao recenseamento.

Tabela 4. Caracterização dos consumos de substâncias lícitas e ilícitas das PSSA

	Consumo	Regularidade		Forma de consumo			
		Regular	Ocasional	Fumada	Endovenosa	Oral	Sem Inf.
Anfetaminas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Heroína	26%	17%	0%	15%	1%	0%	0%
Cocaína	26%	14%	3%	17%	0%	0%	0%
Crack	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Álcool	32%	20%	1%	0%	0%	20%	0%
Haxixe	15%	9%	1%	9%	0%	0%	0%

Da análise efetuada importa igualmente destacar a ausência de consumos de ecstasy, morfina e fármacos, bem como a ausência de consumos das substâncias sob a forma sniffada.

Os parceiros do grupo operacional do NPISA da Amadora, em sede de reunião, consideraram ser inferior ao expectável o baixo consumo de crack e de cocaína por via endovenosa. De facto, no âmbito do trabalho desenvolvido, a perceção que as equipas técnicas tinham seria de um consumo superior destas substâncias, pelo que importa no futuro apurar e clarificar estes dados.

Relativamente ao local habitual de consumo das substâncias, assume especial destaque o consumo na rua e via pública (N = 19; 67%) e em locais e veículos abandonados (N = 7; 24%); analisando ao detalhe estas situações, é possível constatar que os locais diversificados de consumo vão de encontro aos locais de pernoita, nomeadamente, rua e via pública e veículos abandonados.

Dos indivíduos consumidores, 24 pessoas (82%) afirma ter realizado tratamento das dependências, acumulando muitas vezes experiência de tratamento em ambulatório e internamento.

Dos tratamentos à dependência efetuados em ambulatório, destaca-se o recurso a hospitais (N = 10; 3%); equipas de tratamento (N= 12; 38%) e comunidades terapêuticas (N = 7; 22%).

Dos tratamentos efetuados em regime de internamento, apenas dois indivíduos identificaram esse recurso.

Relativamente à desabituação do consumo das substâncias, 9 consumidores afirma ter tido experiência(s) de paragem dos consumos sem orientação médica, com ou sem recurso a medicamentos adquiridos pelo utente. Destes, 9 pessoas (41%) afirmam ter efetuado desabituação 'a frio' sem terem tido experiências de tratamento acompanhado da dependência.

Importa ainda ter em conta a existência de 18 consumidores (62%) que afirmam não terem tido experiências de desabituação ou tratamento da dependência. Em sede de análise dos dados pelo grupo operacional do NPISA da Amadora, os parceiros identificaram como principal causa para este facto a necessidade de reforçar o trabalho de proximidade com os utentes, promovendo um reforço na motivação para o tratamento. Foi identificada a importância que assume o trabalho de equipa de rua e Unidade Móvel de Atendimento, dinamizado pela Comunidade Vida e Paz, bem como a necessidade de a Equipa de Tratamento da Amadora potenciar uma intervenção de proximidade e de rua, promovendo a adesão ao programa de substituição de metadona de baixo limiar.

Analisando a informação recolhida sobre a contração de doenças infecciosas das pessoas em situação de sem abrigo, verifica-se que 26 pessoas (63%) afirmam não ter mantido comportamentos de risco nos 30 dias anteriores ao recenseamento. Apesar de 37% dos questionários não possuírem informação sobre este campo, o que contribui para o enviesamento da análise, importa referir que os comportamentos de risco indicados assentam na prática de relações sexuais desprotegidas (N = 3; 7%).

Conclusão e Recomendações

Tendo em conta os dados recolhidos e analisados, considera-se que o processo de recenseamento da população em situação de sem abrigo respondeu aos objetivos propostos. A alteração na metodologia adotada permitiu de facto obter resultados mais completos e uma análise integrada do fenómeno.

Tendo este processo assentado na base de informação partilhada do grupo operacional do NPISA da Amadora, constata-se que não foram recenseados todas as PSSA sinalizadas desde março 2020. Este facto justifica-se pelo período limitado em que os questionários foram aplicados, não tendo sido possível contactar com todas as pessoas previamente identificadas. Por outro lado, devido à pandemia do COVID-19, os parceiros do grupo operacional NPISA, tiveram de adotar as medidas de afastamento implementadas pela DGS, o que dificultou os técnicos aplicar o questionário de recenseamento. Importa ainda referir que, a parceria reconhece também que a base de informação comum estará desatualizada, existindo um número significativo de processos que se encontram inativos.

As entidades que compõem o grupo operacional do NPISA da Amadora consideraram que o envolvimento de todos os parceiros no processo de caracterização das PSSA e no levantamento de necessidades, baseado num trabalho que tem vindo a ser realizado ao longo do tempo, constitui em si mesmo uma mais-valia aos resultados obtidos e ao planeamento da intervenção. Não obstante, foi conclusão dos parceiros a necessidade de, num próximo recenseamento, reforçar a distinção do conceito de pessoa em situação de sem casa e sem teto; de facto, após análise dos dados recolhidos, foi possível constatar uma incorreta interpretação da situação dos utentes recenseados, o que conduziu a um enviesamento dos resultados.

As principais conclusões da análise efetuada aos dados são:

- As pessoas em situação de **sem casa** encontram-se nesta situação há menos tempo. No entanto, têm grande dificuldade em se autonomizar dos serviços por via do elevado custo da habitação na Amadora e concelhos limítrofes, assim como dos baixos rendimentos e elevado nível de desorganização dos agregados familiares;
- As pessoas em situação de **sem teto** encontram-se nesta situação há mais tempo, havendo registo de 9 pessoas na rua há 10 anos ou mais. Este facto é justificado pela parceria pela predominância dos consumos abusivos de substâncias lícitas e ilícitas e

recusa na adesão a processos de tratamento; sendo esta a principal problemática deste grupo, as demais são consequência da dependência;

- A caracterização dos utentes recenseados permite sustentar a visibilidade pública que o fenómeno das pessoas em situação de sem abrigo assumiu ao longo de 2020. De facto, as pessoas em situação de sem teto encontram-se a pernoitar em espaços públicos ou de acesso público (60%), sendo igualmente estes locais preferenciais para o consumo de substâncias lícitas e ilícitas;
- A concentração das pessoas em situação de sem teto em núcleos urbanos mais degradados e com maior fragilidade, nomeadamente, zona industrial da Venda Nova e bairros de construção e ocupação ilegal (Bairro 6 de Maio e Estrada Militar da Damaia), está diretamente relacionada com a facilidade de localização de locais de pernoita e com o acesso a substância ilícitas;
- A ausência de respostas de acolhimento de emergência ou acolhimento temporário é apontada pela parceria como um constrangimento à adoção de projetos de vida alternativos à situação de sem abrigo pelos utentes; o abandono de locais e rotinas de referência assume grande importância na tomada de decisão das PSSA;
- A parceria considerou que a caracterização dos consumos de substâncias ilícitas obtida com o recenseamento era diferente daquela que seria expectável, nomeadamente, em relação às substâncias consumidas e à forma de consumo. Assim, consideraram os parceiros poder ser necessário no futuro aprofundar o diagnóstico do fenómeno das dependências na Amadora;
- O grupo operacional do NPISA da Amadora considera que a resposta à elevada percentagem de consumidores de substâncias que não têm experiências de desabituação ou tratamento assenta numa intervenção de maior proximidade. É entendimento dos parceiros que o trabalho de motivação dos utentes tem de ser diário e nos locais por estes frequentados, pelo que importa investir numa intervenção adequada às suas características;

Os parceiros do grupo operacional do NPISA da Amadora consideraram ainda ser importante no processo de caracterização das PSSA e do levantamento de necessidades de intervenção garantir no futuro a auscultação dos próprios, envolvendo-os na procura de soluções adequadas à sua situação.

Anexos

Anexo 1 – Questionário